

**ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, às 9h 16min no Auditório do Parque Estadual Masairo Okamura ocorreu a trigésima sexta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da ATA da 35ª Reunião Ordinária do CEHIDRO; Informes; Posse dos Membros do Conselho para o biênio 2012/2013; Apresentação do Secretário Executivo sobre as funções e atribuições do CEHIDRO; Apresentação da Coordenadoria de Vigilância Sanitária e Ambiental da Secretaria de Saúde de Cuiabá sobre o programa Vigiáguas; Assuntos Gerais. A Reunião fora aberta pelo Secretário Executivo, que iniciou agradecendo a presença de todos e colocando aos conselheiros a necessidade de que seja aprovada a ata da reunião anterior, para atender ao Regimento Interno do CEHIDRO, antes de ser dada posse aos novos conselheiros, colocando a ATA da 35ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos em apreciação questionando se algum conselheiro teria alguma alteração a fazer, ninguém se manifestando o Secretário Executivo colocou em votação a Ata da 35ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida o Secretário Executivo convidou o Presidente do CEHIDRO para dar início à posse aos conselheiros presentes consultando a presença dos representantes. Tomaram posse os seguintes conselheiros: Sra. Telma Luzia Monteiro, conselheira titular representante da SES; Sr. Claumir César Muniz e Sra. Célia Alvez de Souza, conselheiro titular e suplente representantes da UNEMAT; Sr. Jair de Freitas, conselheiro titular representante do DNPM; Sr. Fernando Shirashi, conselheiro titular representante da ABES; Sra. Lilian Fátima de Moura Apoitia, conselheira titular representante da ABAS; Sr. Bathilde Jorge Morais Abdala, conselheiro suplente representante da OAB; Sr. Jesse Rodrigues de Arruda Barros, conselheiro titular representante do CREA; Sra. Ildisneya Velasco Dambros e Sr. Carlos Alberto Simões de Arruda, conselheiros titular e suplente representantes da SANECAP; Sras. Alessandra Panizi de Souza e Ribenildes Carla Gomes e Silva, conselheiros titular e suplente representantes da FIEMT; Srs. Joilson José Fonseca Silva e Orlando Moura Apoitia Júnior, conselheiros titular e suplente representantes da Vitória Régia Água Mineral Ltda; Sr. Rodrigo Alexandre Azevedo de Araújo, conselheiro titular representante do IMADEA; Sr Edson Carlos Bruemuller e Sra. Carla Luciane Kreutz Braun, conselheiros titular e suplente representantes da Refrigerantes Marajá S/A; Sra. Shirley Moreira, conselheira titular representantes da

Renosa Industria Brasileira de Bebidas S/A; Srs. Paulo Henrique Sêmpio Borges e Bruno Moraes Ferreira, conselheiros titular e suplente representantes do Instituto Ação Verde; Sr. Ingo Eduardo Bertogna Degenhard, conselheiro suplente representante Empresa Produtora de Energia Ltda. A 36ª reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos contou também com a presença dos representantes das entidades suplentes, os quais não foram empossados: Srs. Auriley Tizot e Marcio Roberto Queiroz Gonçalves, representantes da Associação de Engenheiros Sanitaristas e Ambientalistas de Mato Grosso. Terminada a posse dos conselheiros, o Presidente do CEHIDRO colocou aos mesmos que tem descoberto a importância que os recursos hídricos possuem no desenvolvimento sustentável, colocando que integra como Secretario de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso O Fórum Nacional de Secretários de Meio Ambiente da Amazônia Legal, onde esta se questionando o quanto se estaria disposto a pagar para ter uma redução do desenvolvimento para que o mesmo ocorra de forma sustentável, destacando que Mato grosso atualmente é o 7º estado em sustentabilidade, ponderando que a atuação do CEHIDRO é fundamental para isto. Colocou que o Estado de Mato Grosso é exportador de água o que torna um desafio a gestão ambiental estadual, uma vez que o atual foco desta gestão se concentra em preservar os recursos, em especial os recursos hídricos, tendo o estado atuação fundamental neste ponto, complementando que sem água não se tem vida nem produção, porem os empresários ao projetar um empreendimento não se preocupam com a mesma. Ponderou que os como conselheiros todos fazem parte disso, destacando que não se faz uma política de governo sem contar com a participação da sociedade, das empresas e profissionais liberais, sendo fundamental não se atuar somente com a repressão mas sim buscar a conscientização do uso sustentável. Deu parabéns a todos e agradeceu a participação neste trabalho, destacando que o Encontro Nacional de Comitês de Bacia que ocorrerá em Cuiabá em novembro de 2012 será uma oportunidade impar para o Estado, sendo fundamental a participação do CEHIDRO nisto, sugerindo que o CEHIDRO integre o grupo de acompanhamento e apoio ao mesmo que será instituído. Passou a palavra ao Secretario Executivo, o qual colocou aos conselheiros que o CEHIDRO está a frente da política de meio ambiente, uma vez que para se licenciar um empreendimento é necessária a outorga do mesmo, pois sem água não se produz nada. O Secretario Executivo iniciou a apresentação aos conselheiros pedindo desculpas aos mais antigos, destacando ser necessário um nivelamento de conhecimento, especialmente no inicio deste biênio devido a uma grande modificação dos representantes das entidades. Durante a apresentação

69 colocou aos conselheiros o que é o CEHIDRO, como funciona e sua importância.
70 Terminada a apresentação, a conselheira Alessandra Panizi colocou que é importante a
71 participação do Presidente em todas as reuniões do CEHIDRO, ao que o mesmo
72 respondeu que não participou das anteriores devido a compromissos, porém se
73 comprometeu a se esforçar para participar mais ativamente. O Secretário Executivo deu
74 continuidade à pauta passando aos informes e colocando aos conselheiros que ocorrerá
75 no período de 04 a 09 de novembro de 2012 em Cuiabá o Encontro Nacional dos Comitês
76 de Bacias Hidrográficas – ENCOB, no Centro de Eventos do Pantanal, destacando que
77 este é um evento do Governo do Estado, não se limitando somente à SEMA. Colocou que
78 a Secretaria executiva sugere que o representante do CEHIDRO no grupo de apoio ao
79 ENCOB sejam os representantes dos Comitês no CEHIDRO, uma vez que o tema é
80 voltado aos comitês, questionando se algum conselheiro se opõe, não ocorrendo
81 manifestações. Em seguida informou aos conselheiros que será realizada em Cuiabá no
82 dia 06 de março de 2012 uma Reunião do Fórum Nacional dos Órgãos Gestores da Água
83 destacando que um dos principais temas a serem tratados é o artigo do novo código
84 florestal que destina 30% do valor arrecadado da cobrança pelo uso dos recursos hídricos
85 para a recuperação das áreas de preservação permanente, o que tiraria toda a autonomia
86 da política de recursos hídricos e a mesclaria com a política de meio ambiente. Colocou
87 que outro tema a ser discutido nessa reunião é o Projeto de Lei 315, que trata da
88 alteração dos percentuais destinados aos Estados e Municípios provenientes da
89 compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos para a geração de energia
90 elétrica, que atualmente é de 10% para a união, 45% para os estados e 45% para os
91 municípios, o qual ficaria de 10% para a união, 25% para os estados e 65% para os
92 municípios. Ponderou que esta alteração dificulta a gestão dos recursos hídricos, uma vez
93 que o município não possui a obrigatoriedade de aplicar este recurso na gestão da água
94 como ocorre com os estados, destacando que no caso de Mato Grosso somente 10
95 municípios seriam beneficiados, enquanto o dinheiro do estado beneficia todos os 141
96 municípios. O conselheiro Rodrigo Azevedo questionou se realmente ocorre essa
97 aplicação em todos os municípios pelo Estado, ao que o Secretário Executivo respondeu
98 que ocorre, através de ações da SEMA. O conselheiro Carlos Arruda colocou que o ideal
99 seria não alterar os percentuais e vincular a aplicação municipal, ao que o Secretário
100 Executivo colocou que a última tramitação deste Projeto de Lei foi o encaminhamento ao
101 Senador Demóstenes Torres para aguardar leitura de requerimento de audiência pública.
102 O Conselheiro Rodrigo Azevedo colocou que devemos participar da audiência e nos

103 movimentar junto aos senadores que tivermos acesso, ao que o Secretario executivo
104 ponderou que a SEMA já esta tomando estas atitudes. Colocou aos conselheiros que
105 desde 2011 esta sendo feita a revisão da Lei Estadual nº 6.945/97, tendo ficado decidido
106 que a Secretaria Executiva iria finalizar a revisão e apresentar ao Pleno, o que deve ser
107 feito nas próximas reuniões. Colocou ainda aos conselheiros sobre a recriação do
108 FEHIDRO, uma vez que ele foi criado através da Lei 6.945/97, mas não regulamentado, e
109 extinto em 2005 com a criação da SEMA. Colocou que foram realizados dois
110 encaminhamentos ao Gabinete do Governador no mandato anterior e questionou se
111 reenviaremos nova solicitação ao atual Governo, ponderando que o Estado esta com
112 problemas financeiros e que talvez não seria o momento para investir nesta ação. Os
113 conselheiros entenderam o posicionamento do Secretario Executivo mas solicitaram que
114 fosse realizado novo encaminhamento para a recriação do fundo. O Conselheiro Rodrigo
115 Azevedo colocou que e necessário que se faça uma articulação política para que o
116 mesmo seja recriado. O Secretario Executivo falou sobre a obrigatoriedade da inclusão no
117 roteiro da SEMA de Outorga do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos –
118 CNARH e que há necessidade de se criar uma resolução para fortalecer esta solicitação,
119 colocando que a Analista de meio Ambiente Lorena Nicochelli da Coordenadoria de
120 Ordenamento Hídrico é a responsável na SEMA por esta integração com a ANA.
121 Ponderou que após análise técnica, caso seja necessário, será encaminhada uma
122 solicitação à Secretaria Executiva para a formulação de uma minuta de Resolução e
123 encaminhada ao Pleno para deliberação. A conselheira Alessandra Panizi questionou
124 onde será realizado este cadastro, ao que o Secretario Executivo colocou que o mesmo é
125 realizado on line sem custo. A conselheira Alessandra Panizi perguntou quais seriam as
126 implicações e se as empresas que não o possuírem serão multadas, sendo respondido
127 pelo Secretario Executivo que será obrigatório e pré-requisito para a outorga, uma vez
128 que sem o mesmo não e possível se determinar o uso do recurso hídrico. O Conselheiro
129 Rodrigo Azevedo questionou se os conselheiros poderão ter acesso e se a SEMA tem, ao
130 que o Secretario Executivo respondeu que é um banco de dados público. A conselheira
131 Telma Monteiro colocou aos conselheiros que foi reeditada a Portaria 2.914 do Ministério
132 da Saúde, que trata da potabilidade da água utilizada para abastecimento público,
133 complementando que a mesma será encaminhada por email para o CEHIDRO
134 encaminhá-la aos demais conselheiros. O Secretario Executivo explicou através de um
135 breve histórico o porquê de se fazer uma moção sobre áreas de preservação permanente,
136 colocando que a Secretaria executiva gostaria da ajuda de todos para finalizar uma

137 versão da minuta de moção, encaminhando o referido texto, receberia as contribuições e
138 apresentaria na próxima reunião para apreciação em plenária. O Secretario Executivo
139 colocou aos conselheiros que entre os dias 19 a 23 de março, em virtude da
140 comemoração do dia mundial da água no dia 22, a SEMA disponibilizará uma equipe para
141 fazer palestras referentes a este assunto nas entidades interessadas, sendo necessário
142 as mesmas somente agendar data e horário por email e disponibilizar o local para o
143 evento, bem como a mobilização das pessoas, destacando que somente no dia 22 não
144 será possível realizar as palestras devido a realização de uma palestra para os
145 funcionários da SEMA sobre o tema. Colocou também aos conselheiros que a palestra
146 sobre o CEHIDRO apresentada nesta reunião é somente para um conhecimento geral,
147 estando a Secretaria Executiva propondo a realização de um curso sobre o tema, se
148 houver interesse dos conselheiros, ao que a conselheira Alessandra Panizi sugeriu que
149 fossem apresentadas as resoluções já aprovadas e o conselheiro Rodrigo de Azevedo
150 complementou que poderia ser elaborado um material para ser encaminhado antes aos
151 conselheiros. O Curso ficou marcado para o dia 23 de fevereiro de 2012 as 14h no
152 auditório de Parque Massairo Okamura. O Secretario Executivo deu continuidade à pauta
153 e passou a palavra para a Sra. Kátia Okada, da Gerência de Vigilância em Saúde
154 Ambiental da Secretaria de saúde de Cuiabá para apresentar o Programa VIGIÁGUA. A
155 mesma iniciou a apresentação colocando aos conselheiros o objetivo, marco legal e
156 campo de atuação do programa, apresentando posteriormente o Sistema de Informação
157 da Qualidade da Água para o Consumo Humano – SISAGUA, integrante do VIGIAGUA,
158 solicitando que na autorização de perfuração dos poços tubulares e na outorga dos
159 mesmos seja obrigatório o envio do formulário de Cadastro de Solução Alternativa
160 Coletiva, integrante do SISAGUA, para o setor de Saúde. O Secretario Executivo colocou
161 que o VIGIAGUA exige análises mensais e diárias, enquanto a outorga exige análises na
162 solicitação da mesma e posteriormente de forma anual, questionando quem seria o
163 responsável pelo envio dos dados, ao que a Sra. Kátia Okada respondeu que a
164 responsabilidade é da prestadora. O Conselheiro Ingo Degenhard ponderou que nesta
165 portaria se colocou análises mensais sendo que anteriormente a exigência era trimestral.
166 A conselheira Telma Monteiro colocou que a Saúde quer acordar com o órgão ambiental,
167 através do CEHIDRO, é que seja exigida a análise completa da forma exigida pelo
168 Ministério da Saúde na portaria quando a finalidade de uso do poço seja abastecimento
169 humano. A conselheira Lilian Apoitia colocou que a SEMA já exige os padrões definidos
170 na CTAS, ponderando que este tema deve ser discutido na mesma. Ficou acordado que

seria realizada uma reunião da CTAS para discutir este tema, com os membros atuais da mesma e convidados os demais conselheiros que se interessarem para participar da mesma, uma vez que a revisão dos integrantes das Câmaras Técnicas será somente na próxima reunião. O Conselheiro Jesse Barros colocou que foi publicada em diário oficial a Lei nº9.643/2011 que coloca a obrigatoriedade de empresas potencialmente poluidoras contatarem responsáveis técnicos ambientais, podendo ser engenheiros, biólogos ou técnicos de nível superior ou tecnólogos, destacando que isto contraria as atribuições técnicas dadas aos tecnólogos pelo CREA e igualando-os ao profissionais de nível superior, ao que o conselheiro Fernando Shirashi complementou que a mesma encontra-se muito genérica. O Conselheiro Rodrigo de Azevedo ponderou que o CREA possui assessoria jurídica e questionou se a mesma já se pronunciou, ao que o conselheiro Jesse Barros respondeu negativamente, sendo então sugerido pelo conselheiro Rodrigo Azevedo que se aguardasse o posicionamento jurídico do CREA e depois acionar o CEHIDRO, se necessário, o que foi aprovado. Nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo encerrou a reunião às 11h 12min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

VICENTE FALCÃO DE ARRUDA FILHO

Presidente do CEHIDRO

LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI

Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 21/03/2012.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*